

JUCESP
28 11 12



JUCESP PROTOCCLO
2.243.402/12-9



ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA
ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, DA DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CELEBRADA ENTRE
DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
como Emissora;

E

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas

DATA
12 DE NOVEMBRO DE 2012



JUCESP
DOESP
CLÁUSULA II
REQUISITOS

A primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional, em série única, da Emissora (“Debêntures”), sob o regime de melhores esforços de colocação (“Emissão” ou “Oferta”) será feita com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária

2.1.1. A ata da RCA que deliberou sobre a presente Emissão, realizada em 11 de outubro de 2012, foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o nº 454.702/12-7, em 18 de outubro de 2012, e foi publicada no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” (“DOESP”) e no jornal “Empresas e Negócios”, em 12 de outubro de 2012, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das S.A.

2.1.2. Os atos societários que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão arquivados na JUCESP e publicados pela Emissora no DOESP e no jornal “Empresas e Negócios”, conforme legislação em vigor.

2.2. Arquivamento da Escritura

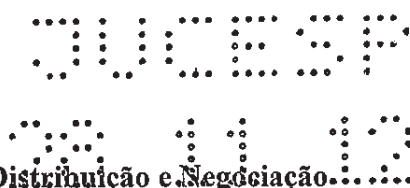
2.2.1. A Escritura e seus aditamentos deverão ser arquivados na JUCESP, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das S.A.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.3.1. A Emissão deverá ser registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das S.A. e nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), bem como das demais disposições legais e regulamentares e auto-regulatórias aplicáveis.

2.4. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.4.1. A Emissão das Debêntures será submetida à análise e ao registro da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) nos termos do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas – Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários (“Código ANBIMA”), no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do artigo 25 do Código ANBIMA.



2.5. Registro para Distribuição e Negociação.....

2.5.1. As Debêntures da presente Emissão serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário: (i) por meio do Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) por meio do Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”) e do Sistema BovespaFix (“BOVESPAFIX”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na BM&FBOVESPA.

2.6. Registro da Garantia

2.6.1. O Contrato de Garantia (conforme definido na Cláusula 3.23) será registrado em cartórios de registro de títulos e documentos, localizados nas cidades de Barueri e de São Paulo, Estado de São Paulo. Uma via original de cada instrumento devidamente registrado será entregue ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis, contados do efetivo registro.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

As Debêntures desta Emissão e a Emissão terão as seguintes características e condições:

3.1. Número da Emissão e Valor Total da Emissão

3.1.1. A presente Escritura representa a 1ª emissão pública de debêntures da Emissora. O valor total da Emissão é de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 3.7 abaixo, observado que tal montante pode ser aumentado com a emissão das Debêntures Adicionais e das Debêntures Suplementares, conforme definidas nas Cláusulas 3.3.2 e 3.3.3 desta Escritura.

3.2. Valor Nominal Unitário

3.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única. Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures.

JUCESP

SECRETARIA DE ECONOMIA

3.3.2. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Adicionais, conforme abaixo definido, poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 15.000 (quinze mil) Debêntures suplementares (“Debêntures Suplementares”), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora ao Coordenador Líder no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, sob Regime de Melhores Esforços, da Desenvix Energias Renováveis S.A. (“Contrato de Distribuição”), que somente poderá ser exercida pelo Coordenador Líder em comum acordo com a Emissora, até a data de publicação do anúncio de início da Oferta (“Anúncio de Início”).

3.3.3. Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a Emissora poderá aumentar a quantidade de Debêntures com relação à quantidade inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Suplementares, em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 20.000 (vinte mil) Debêntures adicionais (“Debêntures Adicionais”), até a data de publicação do Anúncio de Início.

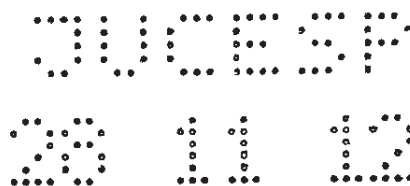
3.3.4. Caso ocorra o aumento da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, conforme previsto nos itens 3.3.2 e 3.3.3 acima, esta Escritura deverá ser ajustada de maneira a refletir a quantidade de Debêntures efetivamente emitida, mediante a celebração de aditamento, que deverá ser arquivado na JUCESP.

3.3.5. Será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta em nada será afetada caso não haja a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures a serem colocadas. As Debêntures que não forem efetivamente subscritas e integralizadas durante o prazo de colocação das Debêntures deverão ser canceladas pela Emissora. A manutenção da Oferta está condicionada à subscrição e integralização da quantidade mínima de 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, perfazendo o montante mínimo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Caso este montante não seja atingido, eventuais montantes recebidos a título de subscrição serão devolvidos, nos termos do item 3.24.3.

3.4. Forma e comprovação de titularidade

3.4.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos das Debêntures.

3.4.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela Instituição Escrituradora (conforme abaixo definidos). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND e/ou extrato em nome do Debenturista emitido pela BM&FBOVESPA, quando as Debêntures estiverem depositadas na BM&FBOVESPA.



3.5. Conversibilidade

3.5.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

3.6. Espécie

3.6.1. As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia adicional, observando-se o quanto disposto na Cláusula 3.23 desta Escritura, bem como no Contrato de Garantia (conforme definido na Cláusula 3.23).

3.7. Data de Emissão

3.7.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 12 de dezembro de 2012 (“Data de Emissão”).

3.8. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário e Remuneração

3.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

3.8.2. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *Over Extra-Grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de um *spread* (sobretaxa) de até 2,80% (dois vírgula oitenta por cento) ao ano, a ser definida em procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelo Banco Fator S.A. (“Coordenador Líder”), nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de Bookbuilding”), com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo de Valor Nominal Unitário de cada Debênture, conforme o caso, desde a Data de Emissão ou desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (“Remuneração”), observando o cronograma de pagamento da Remuneração previsto no item 3.13 abaixo. A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = Vne \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Vne = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

DI OVER

SPREAD

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório da Taxa DI-Over, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxa DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo “n” um número inteiro;

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de “1” até “n”;

TDIk = Taxa DI-Over, de ordem “k”, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DIk = Taxa DI-Over, de ordem “k”, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = a ser definido em Procedimento de *Bookbuilding*, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo “n” um número inteiro.

Observações:

(a) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

DI OVER
20 11 12

(b) O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDIk})$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

(c) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + \text{TDIk})$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(d) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

(e) O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{FatorSpread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI-Over quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI-Over conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI-Over por prazo superior a 10 (dez) dias úteis da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI-Over deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI-Over, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. A referida AGD deverá ser convocada em até 5 (cinco) dias úteis contados (i) do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) dias úteis, ou (ii) do primeiro dia útil contado da data de extinção da Taxa DI-Over ou ainda de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso. A AGD de que trata este item deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias corridos da data de sua convocação. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura, conforme aplicável, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando (i) da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures e/ou (ii) da divulgação posterior da Taxa DI-Over, o que ocorrer primeiro.

Caso a Taxa DI-Over venha a ser divulgada antes da realização da AGD de que trata o parágrafo acima, referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI-Over, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo da Remuneração e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura, conforme aplicável, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI-Over nos termos aqui previstos, quando do

DI-Over

3.9.1

cálculo da Remuneração, e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, conforme aplicável, será utilizada a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente.

Caso, na AGD de que trata o parágrafo acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a taxa DI-Over deverá ser substituída pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia para Títulos Federais – SELIC, divulgada diariamente pelo Banco Central do Brasil por meio do SISBACEN – Sistema de Informações do Banco Central (transação PTAX860) e de sua página na Internet (www.bcb.gov.br).

3.9. Preço de Subscrição

3.9.1. As Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização (“Preço de Subscrição”).

3.10. Integralização

3.10.1. A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição.

3.11. Prazo e Data de Vencimento

3.11.1. O prazo de vencimento das Debêntures será de 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 12 de dezembro de 2016 (“Data de Vencimento”), data em que será devida a totalidade do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ainda não amortizado, acrescido da Remuneração, conforme calculado acima, em moeda corrente nacional.

3.12. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário

3.12.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente, em cinco parcelas, a partir de 12 de dezembro de 2014, conforme a tabela a seguir (“Amortização”):

Datas de Amortização:	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado:
12 de dezembro de 2014	20%
12 de junho de 2015	20%
12 de dezembro de 2015	20%
12 de junho de 2016	20%
12 de dezembro de 2016	20%



3.13.1. O pagamento da Remuneração das Debêntures será feito semestralmente, em 8 (oito) parcelas consecutivas, e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme aplicável, sendo o primeiro pagamento devido em 12 de junho de 2013 e o último na Data de Vencimento.

3.14.1. Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no BOVESPAFIX; e/ou (iii) por meio do Banco Mandatário e da Instituição Escriutadora para a Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente no SND e BOVESPAFIX.

3.15.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Instituição Escriuradora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Mandatário e pela Instituição Escriuradora, sob pena de ter descontados da Remuneração os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.16.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

3.17.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou

DUCE SP

3.18.1.1

extrajudicial, ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento (“Encargos Moratórios”).

3.18. Mora do Debenturista

3.18.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento da obrigação pecuniária.

3.19. Publicidade

3.19.1. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que vierem, de qualquer forma, a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, bem como (a) o aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400; (b) o anúncio de início da Oferta; e (c) o anúncio de encerramento da Oferta, serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal “Valor Econômico” bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – *internet* (www.desenvix.com.br). A Emissora obriga-se a enviar ao Agente Fiduciário, na data de sua publicação, cópia de qualquer dos atos e decisões acima referidos.

3.20. Destinação dos Recursos

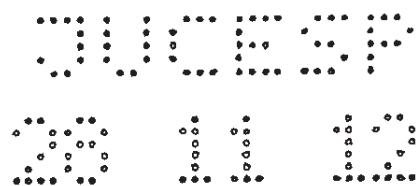
3.20.1. A totalidade dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures será destinada para propósitos corporativos gerais, incluindo reforço de capital de giro, pagamento de dívidas existentes e investimentos nas sociedades de propósito específico controladas pela Emissora (“SPEs”).

3.21. Repactuação

As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

3.22. Banco Mandatário e Instituição Escrituradora

3.22.1. O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A. (“Banco Mandatário”) e a instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A. (“Instituição Escrituradora”). A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário cópia autenticada dos instrumentos jurídicos celebrados com o Banco Mandatário e a Instituição Escrituradora, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados de sua assinatura.



3.23. Garantias

3.23.1. Garantia Adicional: A Emissora compromete-se, de forma irrevogável e irretroatável, a firmar um “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sobre Fluxo de Dividendos Mantidos em Conta Vinculada” (“Contrato de Garantia”) com o Agente Fiduciário, em conjunto com determinadas SPEs (conforme definido no Contrato de Garantia), para garantir o pagamento integral e pontual e o cumprimento, quando devidas, de todas as obrigações assumidas nesta Escritura (“Obrigações Garantidas”), por meio do qual a Emissora cederá fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, os créditos em conta corrente a ser aberta e mantida no Banco Fator S.A. (“Conta Vinculada”) que serão compostos pela totalidade dos possíveis futuros dividendos recebidos ou a serem recebidos das SPEs, os quais deverão necessariamente transitar pela Conta Vinculada. Até a ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, o Banco Depositário (conforme definido no Contrato de Garantia) deverá reter na Conta Vinculada o equivalente aos 2 (dois) próximos pagamentos de Remuneração das Debêntures (“Limite Mínimo”), devendo transferir automaticamente o saldo que exceder o Limite Mínimo à Emissora. Para fins desta cláusula, a estimativa do Limite Mínimo será calculada mediante as seguintes fórmulas:

$$EJ_1 = VNe_1 \times \left\{ FatorJuros \times \left[\left(\frac{DIFUT_{D1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right]^{DU_{D1}} - 1 \right\}$$

$$EJ_2 = VNe_2 \times \left\{ \frac{\left[\left(\frac{DIFUT_{D2}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right]^{DU_{D2}}}{\left[\left(\frac{DIFUT_{D1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right]^{DU_{D1}}} - 1 \right\}$$

$$EJT = EJ_1 + EJ_2$$

onde:

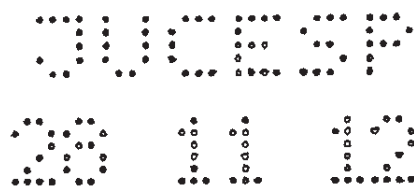
EJT = Limite Mínimo.

D1 = próxima data de pagamento de juros.

D2 = data de pagamento seguinte à próxima data de pagamento de juros.

FatorJuros = fator de juros acumulado entre a última data de pagamento e a data de cálculo da estimativa de desembolso, conforme definido em 3.8.2.

EJ₁ = estimativa de desembolso de juros em D1.



EJ_2 = estimativa de desembolso de juros em D2.

VNe_1 = valor nominal das Debêntures sobre o qual serão calculados os juros da data D1.

VNe_2 = valor nominal das Debêntures sobre o qual serão calculados os juros da data D2.

$DIFUT_{D1}$ = estimativa da Taxa DI aplicável até D1, conforme Curva DI Futuro divulgada pela BM&FBOVESPA.

$DIFUT_{D2}$ = estimativa da Taxa DI aplicável até D2, conforme Curva DI Futuro divulgada pela BM&FBOVESPA.

Spread = *spread* efetivo de emissão.

DU_{D1} = número de dias úteis entre a data de cálculo de EJT e D1.

DU_{D2} = número de dias úteis entre a data de cálculo de EJT e D2.

Caso não haja estimativas da Taxa DI especificamente para D1 e D2 com base na Curva DI Futuro divulgada pela BM&FBOVESPA, as taxas $DIFUT_{D1}$ e $DIFUT_{D2}$ serão calculadas por meio de interpolação exponencial, considerando-se as Taxas DI imediatamente anterior e posterior a D1 e D2, individualmente, que sejam disponibilizadas pela BM&FBOVESPA.

3.23.2. A Emissora depositará na Conta Vinculada (i) o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do Limite Mínimo na data da liquidação financeira da Emissão; e (ii) os 50% (cinquenta por cento) remanescentes do Limite Mínimo até 31 de março de 2013.

3.23.3. Após o penúltimo pagamento de Remuneração devido pela Emissora aos Debenturistas, o Banco Depositário deverá reter somente o valor equivalente a EJ_1 , sendo o saldo remanescente automaticamente transferido à Emissora.

3.23.4. Para a formalização da cessão fiduciária estabelecida no Contrato de Garantia, a cada deliberação societária acerca da distribuição dos dividendos decorrente da participação da Emissora nas SPEs, a Emissora se comprometerá a constituir a cessão fiduciária sobre os direitos creditórios referentes a cada deliberação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos da legislação em vigor.

3.24. Colocação das Debêntures

3.24.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação, após (a) a publicação do aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400; (b) a disponibilização aos investidores do prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar"); (c) a realização do Procedimento de *Bookbuilding*; (d)

III. E S P

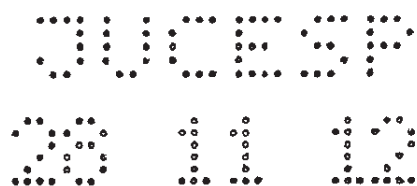
3.24.2

a obtenção do registro da Oferta na CVM; (e) o registro para distribuição e negociação das Debêntures nos ambientes da CETIP e da BM&FBOVESPA; (f) a publicação do anúncio de início da Oferta; e (g) a disponibilização aos investidores do prospecto definitivo da Oferta (“Prospecto Definitivo” e, em conjunto com o Prospecto Preliminar, “Prospectos”), levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta, com tratamento justo e equitativo aos investidores, observado sempre o disposto na Instrução CVM 400 e os procedimentos previstos nos Prospectos.

3.24.2. Nos termos da RCA, será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta em nada será afetada caso não haja a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures objeto da Oferta. As Debêntures que não forem efetivamente subscritas e integralizadas durante o prazo de colocação das Debêntures serão canceladas pela Emissora. A manutenção da Oferta está condicionada à subscrição e integralização de quantidade mínima de Debêntures conforme Cláusula 3.3.5 acima.

3.24.3. Caso a distribuição pública das Debêntures não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores para a subscrição das Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis ficando, porém, desde já estabelecido que os recursos depositados serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária, sem dedução de encargos ou tributos de qualquer natureza. O aqui disposto se aplica, também, conforme o caso, aos investidores que condicionarem sua adesão à distribuição (i) da totalidade das Debêntures ofertadas, sendo que, se tal condição não se implementar e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do preço de integralização, este será devolvido sem juros ou correção monetária, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição, ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures definida pelo investidor, que não poderá ser inferior à 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, perfazendo o montante mínimo de R\$50.000.0000,00 (cinquenta milhões de reais), podendo o investidor, no momento de sua aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende receber a quantidade de Debêntures por ele subscritas ou quantidade equivalente à proporção entre a quantidade de Debêntures efetivamente distribuídas e a quantidade de Debêntures originalmente objeto da Oferta, presumindo-se, na falta de manifestação, o interesse do investidor em receber a totalidade das Debêntures por ele subscrita, sendo que, se o investidor tiver indicado tal proporção, se tal condição não se implementar e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do preço de integralização, este será devolvido sem juros ou correção monetária, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição.

3.24.4. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso a Oferta não atinja excesso de demanda superior em um terço à quantidade de valores mobiliários ofertada, será permitida a participação de investidores que sejam (a) controladores, pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora, ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores do Coordenador Líder; e (c) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como, os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b) ou (c).



3.25. Direito de Preferência

3.25.1. Não haverá direito de preferência para os acionistas da Emissora na subscrição de Debêntures, conforme deliberado na RCA.

CLÁUSULA IV NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA

4.1. Aquisição Facultativa

4.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 8.2.4 abaixo, observado o disposto no §3º do artigo 55 da Lei das S.A., conforme alterada pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

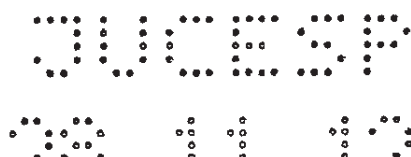
4.1.2. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou serem colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento a esta Escritura.

4.1.3. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

4.2. Resgate Antecipado

4.2.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a partir de 12 de dezembro de 2014 ("Data de Início do Resgate Antecipado"), resgate antecipado parcial ou total das Debêntures ("Resgate Antecipado"). A Emissora realizará o Resgate Antecipado das Debêntures por meio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário e de publicação de aviso aos Debenturistas a ser realizada no jornal "Valor Econômico" com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis ("Comunicação de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo: (i) o número de Debêntures a serem resgatadas e o valor previsto do Resgate Antecipado, que corresponderá ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (a) da Remuneração devida e ainda não paga até a data do Resgate Antecipado; e (b) do valor do prêmio de resgate incidente sobre o valor de resgate, conforme definido abaixo; (ii) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (iii) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado;

4.2.2. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado ("Valor de Resgate") será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga até a data do



Resgate Antecipado, sendo devido, adicionalmente, pela Emissora aos Debenturistas, um prêmio, incidente sobre o Valor de Resgate, apurado conforme fórmula a seguir:

$$P = \alpha * VNe$$

onde:

P = prêmio de Resgate Antecipado, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

α = percentual do VNe a ser aplicado conforme a data de resgate antecipado, de acordo com a tabela a seguir:

Data de Resgate Antecipado	α
12 de dezembro de 2014	2,0%
12 de junho de 2015	1,5%
12 de dezembro de 2015	1,0%
12 de junho de 2016	0,5%

VNe = valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da Debênture na Data de Resgate Antecipado, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

4.2.3. O Resgate Antecipado parcial será precedido de sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário.

4.2.4. Uma vez exercida pela Emissora a opção de Resgate Antecipado, esta se tornará obrigatória (i) a todos os Debenturistas, no caso do Resgate Antecipado total; e (ii) aos Debenturistas titulares das Debêntures a serem resgatadas conforme sorteio, no caso de Resgate Antecipado parcial.

4.2.5. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.2.6. Para as debêntures custodiadas no SND, a operacionalização do Resgate Antecipado parcial dar-se-á, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. Entretanto, todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o Resgate Antecipado parcial, não haverá necessidade de ajuste na Escritura ou qualquer outra formalidade. Para as debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, a operacionalização do Resgate Antecipado parcial dar-se-á, conforme procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, através de operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. Entretanto, todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos

BM&FBOVESPA

30 11 15

Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da BM&FBOVESPA. Fica definido que, caso a BM&FBOVESPA venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o Resgate Antecipado parcial, não haverá necessidade de ajuste na Escritura ou qualquer outra formalidade.

4.3. Oferta de Resgate Antecipado

4.3.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de Resgate Antecipado, total ou parcial, das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o Resgate Antecipado das Debêntures de que forem titulares (“Oferta de Resgate Antecipado”), de acordo com os termos e condições previstos abaixo:

4.3.1.1. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos do item 3.19. “Publicidade” acima (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado”), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo, mas sem limitação, (a) se o resgate será total ou parcial, e, se for parcial, mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das S.A., a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.3.1.6 abaixo; (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (c) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (d) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado o disposto no item 4.3.1.3 abaixo; (e) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada a aceitação de um percentual mínimo de Debenturistas; e (f) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures.

4.3.1.2. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente a, no mínimo, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do efetivo pagamento, acrescido, se for o caso, de prêmio de resgate que venha a ser oferecido no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado.

4.3.1.3. A Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado.

4.3.1.4. Após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado para se manifestarem formalmente perante o Agente Fiduciário, findo o qual a Emissora terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para proceder à

CETIP

BM&FBOVESPA

liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado.

4.3.1.5. A Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do Resgate Antecipado; e (b) comunicar ao Banco Mandatário e Escriturador, a BM&FBOVESPA e à CETIP a realização da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da respectiva data do resgate antecipado.

4.3.1.6. Caso a Emissora opte pelo Resgate Antecipado parcial das Debêntures, e caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de Debenturistas representando um volume maior de Debêntures do que o volume inicialmente ofertado, com base no Edital de Oferta de Resgate Antecipado parcial, então o resgate será feito mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das S.A., coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido em Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Os Debenturistas que aderirem à Oferta de Resgate Antecipado e forem sorteados serão informados, por escrito, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência sobre o resultado do sorteio.

4.3.1.7. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será realizado por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da BM&FBOVESPA, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA ou por meio do Banco Mandatário e da Instituição Escrituradora, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA.

4.3.1.8. Com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, o Resgate Antecipado parcial deverá ocorrer por meio de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP ou da BM&FBOVESPA, observado que, caso a CETIP ou a BM&FBOVESPA venham a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.3.1.9. As debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

FUNCEF
2014
CLÁUSULA V
VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observados os termos e condições desta Cláusula V, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração devida desde a Data da Emissão ou desde a última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acumulada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (cada um, um “Evento de Vencimento Antecipado”):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis de seu vencimento (para que não haja dúvida, tal descumprimento poderá ser sanado, inclusive, mediante utilização de recursos provenientes da Conta Vinculada nos termos do Contrato de Garantia);
- (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária (incluindo *covenants* financeiros e não financeiros) relacionada às Debêntures prevista na presente Escritura, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias úteis da comunicação do referido descumprimento pelo Agente Fiduciário, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (c) término, extinção ou transferência da concessão da Emissora para a exploração de serviços de geração de energia ou ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora;
- (d) se houver qualquer transferência do controle societário da Emissora, direta ou indireta, inclusive por meio de reorganização societária, em ambos os casos sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas. Excetua-se, contudo, qualquer transferência do controle direto ou indireto da Emissora, (i) entre os acionistas que façam parte do quadro acionário da Emissora na data de assinatura desta Escritura; (ii) em decorrência do exercício de direitos estabelecidos em acordos de acionistas, que tenham sido arquivados na sede da Emissora até a data de assinatura desta Escritura; ou (iii) na qual a sociedade(s) sucessora(s) seja(m) controlada(s) direta ou indiretamente em conjunto pela Jackson Empreendimentos Ltda. ou por empresa que venha a substituí-la como sociedade de participação (*holding*) do Grupo Engevix, pela SN Power Energia do Brasil Ltda. e pela FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais;

ANEXO

Art. 1º

- (e) cisão, fusão, ou incorporação da Emissora por outra companhia ou qualquer forma de reorganização societária, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto conforme previsto no item “d” acima ou sem que tenha sido assegurado o resgate das Debêntures para Debenturistas dissidentes, nos termos do §1º do artigo 231 da Lei das S.A.;
- (f) cessação pela Emissora de suas atividades empresariais; adoção pela Emissora de medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução; ocorrência de (i) extinção, liquidação, dissolução, insolvência da Emissora; (ii) pedido de recuperação judicial feito pela Emissora, independente de deferimento do processamento da recuperação judicial ou da sua concessão pelo juiz competente; (iii) propositura, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; (iv) pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência ou, ainda, qualquer procedimento similar que venha a ser criado por lei, requerido ou decretado contra a Emissora;
- (g) protesto legítimo de títulos contra a Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora seja responsável, salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de citação do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto for cancelado, ou ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo;
- (h) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento, nas respectivas datas de vencimento, não sanada ou questionada judicialmente, com obtenção de liminar favorável à Emissora, em até 30 (trinta) dias corridos, de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional, cujo valor considerado em conjunto seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (i) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;
- (j) caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura provarem-se falsas, materialmente incorretas ou enganosas;
- (k) a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim;

DUCE SP

20 11 13

- (l) se a Emissora alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência expressa dos Debenturistas, exceto a alienação de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resulte em uma redução do ativo da Emissora inferior a 20% (vinte por cento), sendo este percentual apurado com base no ativo da Emissora no último exercício social, ou a alienação com o objetivo de captação de recursos para (i) a capitalização da Emissora, (ii) investimentos na atividade produtiva da Emissora, (iii) substituição de bens antigos por outros novos com a mesma finalidade, ou (iv) eliminação de ativos operacionais obsoletos ou inservíveis;
- (m) tiver sido alterado o objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, de maneira que (i) altere substancialmente as atividades atualmente praticadas e o ramo de negócios atualmente explorados pela Emissora; e (ii) afete substancialmente a capacidade de pagamento pela Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures;
- (n) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil Brasileiro”);
- (o) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutibilidade desta Escritura;
- (p) se qualquer documento da Emissão ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos, de forma a subtrair a validade ou eficácia da Emissão, e tal efeito não for sanado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado do recebimento pela Emissora de notificação de inadimplemento, de forma que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão;
- (q) apresentação, pela(s) agência(s) de classificação de risco contratada(s) pela Emissora, de classificação de risco atribuída às Debêntures em nível inferior a “BBB-” pela Standard and Poor’s, ou “Baa3” pela Moody’s ou “BBB-” pela Fitch Ratings, em suas respectivas escalas locais;
- (r) descumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado ou arbitral não sujeita a recurso de natureza condenatória contra a Emissora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda;

ANEXO

DEBENTURAS

- (s) resgate ou amortização de ações, redução de capital, exceto para absorção de prejuízos, pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, incluindo a concessão de mútuos ou financiamentos pela Emissora, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A., inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo;
- (t) realização de operações com partes relacionadas (conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto) em montante superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), caso o grupo controlador da Emissora seja também controlador da parte relacionada;
- (u) realização de operações com derivativos (conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto) em montante superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) sem prévia anuência dos Debenturistas, exceto no caso de operações de *hedge* (cambial, de preços de energia e outros tipos relacionados ao próprio negócio ou às finanças da Emissora, sempre com objetivo de proteção patrimonial);
- (v) caso a Emissora venha a apurar, por 2 (dois) trimestres consecutivos ou 3 (três) alternados, (i) índice de Dívida Total / Receita com Dividendos maior ou igual a 3,5x em 31 de dezembro de 2013, maior ou igual a 3,0x entre 1º de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2014 e maior ou igual a 2,0x a partir de 1º de janeiro de 2015, (ii) índice Dívida Total / Patrimônio Líquido maior ou igual a 1,45x, e (iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) menor ou igual a 1,0x entre 31 de dezembro de 2013 e 30 de setembro de 2014 e menor ou igual a 1,1x a partir de 1º de outubro de 2014, a ser verificado pelo Agente Fiduciário e calculado de acordo com a fórmula abaixo, sendo tais índices calculados com base nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores cobertos por informações financeiras revisadas e/ou auditadas da Emissora, a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2013, de acordo com as definições abaixo e devendo ser considerados para o cálculo do índice previsto no item (i) apenas os números da Emissora (não consolidado com suas controladas) e para o cálculo dos índices previstos nos itens (ii) e (iii) os números consolidados.

Definições:

Dívida Total: somatória dos valores correspondentes a (1) empréstimos bancários de curto prazo; (2) debêntures no curto prazo; (3) empréstimos bancários de longo prazo; (4) debêntures no longo prazo e, ainda, (5)

3.1.1.1

3.1.1.1

empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas, acionistas ou administradores.

EBITDA: para qualquer período, o somatório do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Emissora (1) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito de concessão - ágio; (b) provisão de manutenção; e (c) apropriação de despesas antecipadas, calculado com base nos últimos 12 meses.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD): calculado pela divisão da geração de caixa operacional pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras, em determinado período:

(A) Geração de caixa

(+) EBITDA

(B) Serviço da dívida

(+) Amortização de principal

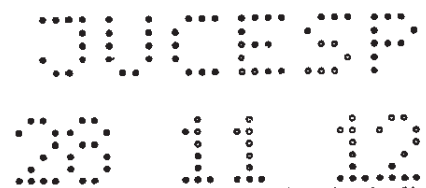
(+) Pagamento de juros

$\text{Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)} = (A) / (B)$

Patrimônio Líquido: compreende os recursos próprios da Emissora, e seu valor é a diferença positiva entre o valor do ativo e o valor do passivo.

Receita com Dividendos: dividendos declarados à Emissora pelas suas subsidiárias, calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.

- (w) não constituição ou aperfeiçoamento da garantia prevista na cláusula 3.23 desta Escritura no prazo de 30 (trinta) dias contados da presente data;
- (x) se o Contrato de Garantia (i) for objeto de questionamento judicial pela Emissora ou por terceiros, que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura e/ou no Contrato de Garantia; (ii) for anulado ou de qualquer forma deixar de existir ou for rescindido, sem que novo contrato com as mesmas condições o substitua dentro de 15 (quinze) dias úteis; e
- (y) caso a Emissora não mantenha o montante requerido na Conta Vinculada nos termos da Cláusula 3.23 e do Contrato de Garantia, a qualquer momento, ou não efetue o complemento da garantia a fim de manter o montante requerido na Conta Vinculada nos termos da Cláusula 3.23 e do Contrato de Garantia, e não sane esses descumprimentos no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados de sua ocorrência.



5.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado indicados nas alíneas (a), (c), (f), (i), (n), (o) e (w) acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas.

5.3. Na ocorrência de qualquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data de conhecimento da respectiva ocorrência, uma AGD para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das debêntures. Na AGD, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previstos na Cláusula 8.3.1.1 desta Escritura, o vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado por Debenturistas representantes de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido).

5.4. Não será declarado o vencimento antecipado das Debêntures em decorrência da não instalação da AGD em primeira convocação. No entanto, não havendo deliberação pelo não vencimento antecipado das Debêntures por, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, nas datas originalmente estabelecidas para realização da AGD, seja na primeira ou na segunda convocação, ou se a AGD não for instalada também em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração aplicável e encargos até a data de seu efetivo pagamento.

CLÁUSULA VI COMPROMISSOS DA EMISSORA E OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

6.1. Até a Amortização total do saldo devedor das Debêntures, a Emissora obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nesta Escritura e nos Prospectos;
- (b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança relevante na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira ou o resultado das operações da Emissora e/ou de suas controladas consideradas como um todo ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura (“Efeito Adverso Relevante”), no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;

DUCE SP

0000 1111 1111

- (c) notificar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de qualquer decisão judicial, administrativa e arbitral definitiva que implique em condenação da Emissora a obrigação cujo cumprimento implique dispêndio igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), bem como fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que por ele solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos judiciais, administrativos e procedimentos arbitrais dos quais a Emissora figure como parte;
- (d) notificar o Agente Fiduciário imediatamente após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer descumprimentos de obrigações que impliquem vencimento antecipado das obrigações desta Escritura, conforme previsto na Cláusula 5, sendo que, caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002 (“Instrução CVM 358”), a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da referida Instrução CVM 358, observado o prazo máximo aqui previsto;
- (e) encaminhar ao Agente Fiduciário:
- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou até 3 (três) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, quando for o caso, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes; (b) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, e (c) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura e contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento do valor dos índices aqui previstos;
- (ii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre, ou até 3 (três) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas informações trimestrais relativas aos respectivos trimestres, quando for o caso, nos termos das normas da CVM, e (b) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora de que a Emissora está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento do valor dos índices aqui previstos;
- (iii) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento que envolva obrigações de pagamento pela Emissora de valores iguais ou superiores à

DEBÊNTURE

DEBÊNTURE

R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), dentro de 5 (cinco) dias úteis após o seu recebimento;

(iv) dentro de 5 (cinco) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, e que seja necessária para que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura;

(v) cópia do formulário de referência, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 6 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”), ou normativo que venha a substituí-la, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM (“Formulário de Referência”); e

(vi) na mesma data de suas publicações, fatos relevantes, atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures;

- (f) convocar as AGDs, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem direta ou indiretamente com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (g) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia, ou pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA;
- (h) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;
- (i) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis;
- (j) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, bem como os termos desta Escritura;
- (k) contratar anualmente durante o prazo de vigência das Debêntures uma agência classificadora de risco a ser escolhida pela Emissora dentre Standard and Poor’s, Moody’s ou Fitch Ratings, para obtenção de *rating*, para:
 - (i) manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado;
 - (ii) assegurar que seja entregue à CVM, ao Agente Fiduciário e à ANBIMA e, que seja divulgado na página da rede mundial de computadores pertinente, os

DEBÊNTURES

DEBÊNTURES

relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios, ainda que a classificação de risco das Debêntures não tenha sido alterada em relação ao relatório anterior; e

(iii) comunicar em até 3 (três) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures;

- (l) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora;
- (m) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado) tenham acesso, em data e em horário comercial previamente acordados com a Emissora: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela AGD;
- (n) manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (o) notificar o Agente Fiduciário, a CETIP e a BM&FBOVESPA, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a ocorrência do evento;
- (p) informar à CETIP e à BM&FBOVESPA sobre qualquer mudança ou imprecisão que afete de maneira adversa e relevante, as informações prestadas nos Prospectos e/ou as Debêntures, no prazo legal ou regulamentar aplicável;
- (q) obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos relevantes exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;
- (r) manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades ou comprovar que a obtenção de referidas licenças encontra-se em

BOVESPA

FEF

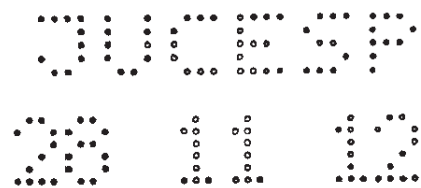
regular tramitação perante as autoridades competentes, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja falta, perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

- (s) manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa;
- (t) contratar e manter contratado, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, o Banco Mandatário e Instituição Escrituradora, o Agente Fiduciário e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BOVESPAFIX);
- (u) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura;
- (v) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na Cláusula 3.20 acima;
- (w) enviar à CVM, à BM&FBOVESPA e à CETIP, na data da primeira publicação de convocação de AGD, cópia do respectivo edital de convocação e, se for o caso, da proposta a ser submetida à AGD; e
- (x) adotar todas as providências necessárias e comercialmente razoáveis para a defesa dos ativos onerados no Contrato de Garantia, contra quaisquer procedimentos judiciais ou administrativos que venham a ser propostos por terceiros.

CLÁUSULA VII AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação

7.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Planner Trustee DTVM Ltda., acima qualificada, como o Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar perante a Emissora os titulares das Debêntures.



7.2. Substituição

7.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.2.2. Se a convocação da AGD a que se refere a Cláusula 7.2.1 não ocorrer em até 8 (oito) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.2.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que o escolher, observado o disposto na Cláusula 7.2.7.

7.2.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

7.2.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

7.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”), e eventuais normas posteriores.

7.2.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD não delibere sobre a matéria, observado que (i) o eventual substituto não poderá, receber remuneração superior ao seu antecessor, a não ser que aprovado pela Emissora; e (ii) a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário.

7.2.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento este que deverá ser arquivado na JUCESP.

7.2.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

00000000

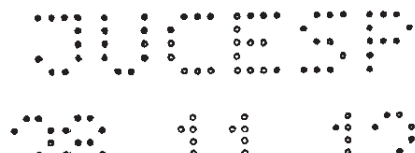
00000000

7.2.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

7.3. Deveres

7.3.1. Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções durante o período determinado em lei;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o arquivamento desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, inconsistências ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- j) convocar, quando necessário e às expensas da Emissora, as AGD, respeitando-se as regras relacionadas à convocação da AGD, bem como à publicação constantes da



Lei das S.A. e desta Escritura, devendo ser a Emissora notificada desta convocação concomitantemente;

- k) comparecer à AGD, conforme o caso, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea “b”, da Lei das S.A., o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) amortização e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na Cláusula 5.1 (u);
 - (viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias;
 - (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria companhia emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (1) denominação da companhia ofertante; (2) valor da emissão; (3) quantidade de debêntures emitidas; (4) espécie; (5) prazo de vencimento das debêntures; (6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e

DEBENTURISTAS

DEBENTURISTAS

- (xi) declaração sobre sua aptidão para ~~continuar exercendo a função de~~ Agente Fiduciário;
- m) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora e na página da rede mundial de computadores pertinente;
 - (ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na sede do Coordenador Líder;
 - (v) na BM&FBOVESPA; e
 - (vi) na CETIP.
- n) publicar, às expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 3.19 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea “m” acima;
- o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à CETIP e à BM&FBOVESPA;
- p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- q) verificar o cumprimento dos índices financeiros previstos na Cláusula 5.1 (u);
- r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- (i) à CVM;
 - (ii) à BM&FBOVESPA; e
 - (iii) à CETIP;
- s) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista na Cláusula 6.1 (k),

ANEXO

bem como enviar à ANBIMA os relatórios de classificação de risco das Debêntures, com atualização anual, elaborados pela agência de *rating* contratada pela Emissora, em até 5 (cinco) dias úteis contados da veiculação dos referidos relatórios;

- t) verificar a regularidade da constituição da garantia, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e
- u) fornecer à Emissora, mediante solicitação desta, lista de titulares das Debêntures atualizada.

7.4. Atribuições Específicas

7.4.1. O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer processos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas da Cláusula anterior se, convocada a AGD, esta assim o autorizar pelo quórum de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “d” da mesma Cláusula.

7.4.3. O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

7.5. Remuneração

7.5.1. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga em parcelas anuais de R\$8.000,00 (oito mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias úteis após a assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos



subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos debenturistas.

7.5.1.1. As parcelas de remuneração descritas acima serão faturadas pelo Agente Fiduciário acrescidas dos valores relativos aos impostos incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social), incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos, multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como majorações das alíquotas ora existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes.

7.5.1.2. As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*.

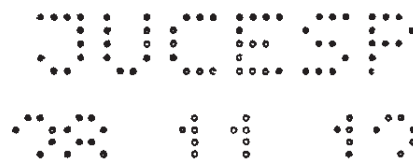
7.5.1.3. Caso a Companhia não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição e integralização, ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento às solicitações extraordinárias, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (a) a assessoria aos titulares das Debêntures; (b) comparecimento em reuniões com a Companhia e/ou com os titulares das Debêntures; (c) a implementação das consequentes decisões dos titulares das Debêntures e da Companhia; e (d) para a execução das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Companhia ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado.

7.5.1.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido.

7.5.1.5. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Companhia, e não inclui o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

7.5.1.6. A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização entre outros.

7.5.1.7. Para fins da Cláusula 7.5.1.3 acima, entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) da garantia (ii) dos prazos de pagamento; e (ii) das



condições relacionadas ao vencimento antecipado das Debêntures. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

7.5.2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente, ressarcidas pela Companhia. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a honorários advocatícios inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou intentadas contra o mesmo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Companhia permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.6. Despesas

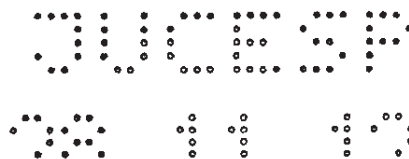
7.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.6.2. O ressarcimento a que se refere o item 7.6.1 será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

7.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos contados da solicitação de pagamento, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.6.4. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta



Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

- (b) extração de certidões;
- (c) viagens e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, e quaisquer outras despesas incorridas desde que previamente aprovadas pela Emissora e comprovadas por intermédio da apresentação de recibos; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma estabelecida na Cláusula 7.6.2, deverá ser arcada pelos Debenturistas, sob pena de incidência do disposto na Cláusula 3.17 e será acrescido à dívida da Emissora, gozando das mesmas garantias das Debêntures e preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA VIII

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, nos termos do artigo 71 da Lei das S.A., a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, observado sempre o disposto nas Cláusulas 7.3.1(j) e 8.2.3 desta Escritura.

8.1.2. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, ou pela CVM.

8.1.3. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no DOESP e no jornal “Empresas e Negócios”, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.4. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

III

33113

8.1.5. Independentemente das formalidades previstas em lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.2. Regras Gerais Aplicáveis às AGDs

8.2.1. Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das S.A. para a assembleia geral de acionistas.

8.2.2. Nas deliberações da AGD, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto quórum qualificado em lei ou na presente Escritura.

8.2.3. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

8.2.4. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas coligadas à Emissora ou controladas pela Emissora, de controladoras (ou grupo de controle) da Emissora ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como, cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes ou colateral até o segundo grau.

8.2.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs, que poderá participar e discutir os assuntos levados à deliberação, desde que sem prejudicar a dinâmica dos trabalhos.

8.2.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.3. Quórum de Instalação

8.3.1. A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.3.1.1. Exclusivamente para fins da instalação da AGD a que se refere a Cláusula 5.3, o quórum de instalação em primeira convocação será de, no mínimo, 75% (setenta e cinco

DUCEP

SA TI D

por cento) das Debêntures em Circulação; e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.4. Mesa Diretora

8.4.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito no mínimo pela maioria dos titulares das Debêntures presentes à AGD ou àquele que for designado pela CVM.

8.5. Quórum de Deliberação

8.5.1. Nas deliberações das AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, bem como a deliberação objeto da Cláusula 5.3, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado que alterações na Remuneração, nas condições de prazo, amortização e espécie das Debêntures, nas cláusulas de vencimento antecipado, bem como alterações a qualquer quórum de deliberação previsto nesta Escritura, exceto o quórum previsto na Cláusula 7.4.2, deverão contar com a aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.5.2. As alterações das disposições estabelecidas nesta Cláusula 8.5 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

9.1.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

DECLARAÇÃO

DA EMISSORA

- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;
- (i) aceita integralmente todas as suas cláusulas e condições da Escritura;
- (j) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes;
- (k) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os Debenturistas da presente Emissão; e
- (l) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28.

9.2. Declarações e Garantias da Emissora

9.2.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura, bem como a colocação das Debêntures (a) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, exceto por infrações que não afetem de forma adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura; (b) nem irá resultar em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, exceto por vencimentos antecipados que não afetem de

DUCEAP

de 11 de 11

forma adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos, exceto por rescisões que não afetem de forma adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura;

- (c) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (d) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Oferta e o Formulário de Referência contém todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (e) as declarações, informações e fatos contidos nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- (f) as opiniões, análises e expectativas expressas nos Prospectos da Emissão em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (g) não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas dos Prospectos da Emissão, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos da Emissão seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (h) as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;
- (i) a Emissora está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (j) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos da Emissão, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito, que seja de conhecimento da Emissora, cujo prognóstico de resultado possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira;

BOVESPA

201110

- (k) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a essa Emissão;
- (l) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (m) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras; e foi devidamente constituída, com plenos poderes para conduzir seus negócios;
- (n) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures ou para a realização da Emissão exceto pelo registro da Emissão na ANBIMA e CVM e o registro das Debêntures junto ao SDT, ao SND, ao DDA e ao BOVESPAFIX, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação;
- (o) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades ou sua obtenção encontra-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, sendo que até a presente data a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (p) os seus representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (q) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (r) a Emissora preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou

DUCE SP

SA 11 13

outras provisões apropriadas, exceto conforme descrito nos Prospectos, e exceto os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não causaria um impacto adverso relevante; e

- (s) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura.

CLÁUSULA X COMUNICAÇÕES

10.1. Exceto se de outra forma prevista nesta Escritura, as comunicações a serem enviadas por qualquer uma das Partes deverão ser encaminhadas para endereços constantes na Cláusula 10.2.

10.2. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por *fac-símile* ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

- (a) Para a Emissora:

Desenvix Energias Renováveis S.A.
Rua Tenente Silveira, 94 - 9º andar - Ed. Schweidson
CEP 88010-300, Florianópolis, SC
At.: Sr. Paulo Marcelo Gonçalves Margarido
Tel.: (48) 3031-2500
Fax: (48) 3031-2501
E-mail: paulo.marcelo@desenvix.com.br

- (b) Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 10º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Viviane Rodrigues
Tel.: (11) 2172-2628
Fax: (11) 3078-7264
E-mail: vrodrigues@plannercorretora.com.br

- (c) Para o Banco Mandatário



Itaú Unibanco S.A.

Praça Aldredo Egydio de Souza Aranha, 100 Torre Olavo Setubal
CEP 04344-902, São Paulo, SP
At.: Douglas Callegari
Telefone: (11) 2797-4431
Fac símile: (11) 2797-3140
e-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

(d) Para a Instituição Escriuradora:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Douglas Callegari
Telefone: (11) 2797-4431
Fac símile: (11) 2797-3140
e-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

(e) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1663, 1º andar, São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários – GEVAM
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
e-mail: gr.debentures@cetip.com.br

(f) Para a BM&FBOVESPA:

BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS

Praça Antonio Prado, nº 48, São Paulo, SP
Rua XV de Novembro, 275, São Paulo, SP
At.: Gerência de Acompanhamento de Emissores
Tel.: (011) 2565-7222
Fax: (011) 2565-7061
E-mail: Gre@bvmf.com.br

(g) Para a CVM:

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Rua Sete de Setembro, nº 111 – 33º andar
CEP 20050-901, Rio de Janeiro, RJ
At.: Superintendência de Registro e Superintendência de Relação com Empresas
Tel.: (021) 3554-8686

Fax: (021) 3554-8686

DUCE SP
28 11 10

10.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias úteis contados da sua ocorrência.

10.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 10.2. acima serão arcados pela parte inadimplente.

10.5. As notificações de inadimplemento dispostas na Cláusula 5 desta Escritura não poderão ser realizadas por meio eletrônico ou *fac-símile*, devendo ser entregues em mãos, sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio.

CLÁUSULA XIII CUSTOS DE REGISTRO

13.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

CLÁUSULA XIV DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

14.1.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

14.2. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

14.3. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

DUCESP

28 11 12


14.4. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 12 de novembro de 2012.
(assinaturas nas próximas páginas)

Página de Assinatura 1 de 3 da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A.

DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.



José Antunes Sobrinho
Presidente

Jan Erik Felle
Diretor Financeiro

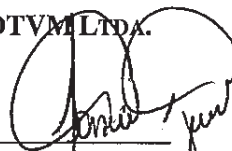
DUCE SP

Página de Assinatura 2 de 3 da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A.

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.



Nome:
Cargo:
Viviane Rodrigues
Diretora



Flávio D. Aguetoni
Procurador

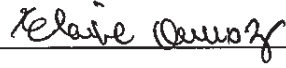
JUCESP

28 11 12

Página de Assinatura 3 de 3 da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A.

Testemunhas


Nome: Fátima Conceição Miranda de Azevedo
CPF: RG: 18.901.022-8(SSP/SP)
CPF/MF 151.870.238-4f


Nome: Elaine Queiroz Santiago
CPF: RG: 18.168.832(SSP/SP)
CPF: 088.808.278-57

